

OTP RODOVIAS S.A.  
(Anteriormente denominada Odebrecht  
Rodovias S.A.)

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis individuais e  
consolidadas  
Em 31 de dezembro de 2021

OTP RODOVIAS S.A.  
(Anteriormente denominada Odebrecht Rodovias S.A.)

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
Em 31 de dezembro de 2021

Conteúdo

Relatório da Administração

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

OTP Rodovias S.A.  
(nova denominação da Odebrecht Rodovias S.A.)

Relatório da Administração referente às Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

A Administração da OTP Rodovias S.A. ("OTP Vias" ou "Companhia") submete à apreciação de V. Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas, acompanhadas do Relatório do Auditor Independente, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

#### Mensagem da Administração

Ao longo do ano de 2021, a Administração permaneceu empenhada na busca da sustentabilidade econômico-financeira da Companhia, de modo a cumprir com suas obrigações junto a seus credores, fornecedores e demais *stakeholders*, preservando os interesses e garantias de seus acionistas, por meio do programa de desmobilização de ativos e das renegociações de seus endividamentos.

A Companhia manteve o processo organizado de desmobilização de seus ativos, tendo concluído, com êxito, em abril/21, a alienação das participações societárias indiretas detidas na Concessionária Bahia Norte ("CBN"), Concessionária Rota do Atlântico ("CRA") e Concessionária Rota dos Coqueiros ("CRC"), localizadas na região Nordeste do País, com o recebimento de recursos financeiros, à vista, no montante de R\$ 75,9 milhões. As referidas alienações permitiram que a Companhia mantivesse o direcionamento estratégico de redução dos passivos existentes com a amortização parcial das dívidas da sua controlada Concessionária Rota do Oeste ("CRO"), além da desoneração da OTP em R\$ 422,6 milhões em dívidas da CBN, da CRA e da CRC e da exoneração de garantias corporativas previamente concedidas (no valor de R\$ 52,4 milhões) e contra-garantias de seguros contratados por essas concessionárias (no valor de R\$ 150 milhões).

Ainda no contexto das desmobilizações, a Companhia, juntamente com a OTP empreenderam inúmeros esforços para realizar a alienação de sua participação acionária na Concessionária Rota do Atlântico ("CRO"), mas que, em função do não fechamento da operação de venda do controle acionário da concessionária, passaram a tomar as providências necessárias à realização do procedimento de devolução amigável (relicitação) do Contrato de Concessão da CRO ("Processo de Devolução"), tendo protocolado, em dezembro/2021, o requerimento do Procedimento de Devolução na Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT"), com a anuência dos acionistas minoritários e a não oposição dos Credores da CRO. A Administração da Companhia espera que o requerimento seja aprovado pelo Ministério de Infraestrutura ao longo do ano de 2022.

Além disso, com o protocolo do Processo de Devolução da CRO, as Acionistas e a CRO devem assinar um novo Termo de Inação com os Credores e com a CEF até que os principais termos e condições da referida devolução estejam definidos, quando, então, deverá ser feita uma reestruturação das dívidas da CRO, conjuntamente com a reestruturação das dívidas corporativas da OTP.

#### Rentabilidade

Em 2021, o Grupo teve um incremento de 16,2% em suas receitas líquidas, decorrentes, basicamente, da sua controlada CRO, com destaque para o aumento das receitas operacionais de pedágio (R\$ 497 milhões em 2021 x R\$ 455 milhões em 2020).

Receita (em milhares de reais)			
Descrição	2021	2020	Var. (%)
Receitas de Pedágio	496.930	455.362	9,13%
Receitas Acessórias e Outras	5.001	4.922	1,61%
Receita de Construção ICPC 01 (R1)	150.453	103.684	45,11%
<b>Receita Bruta</b>	<b>652.384</b>	<b>563.968</b>	<b>15,69%</b>
Tributos/deduções sobre serviços de operação	(41.420)	(38.319)	8,09%
Outras deduções	(38)	(26)	46,15%
<b>Receita Líquida</b>	<b>610.926</b>	<b>525.623</b>	<b>16,23%</b>

O crescimento das receitas de pedágio deu-se, sobretudo, pelo aumento de 9,62% de Veículos Equivalentes Pagantes (VEP) da CRO, quando comparado ao mesmo período do ano anterior.

A receita de construção ICPC 01 (R1) teve um aumento de 45% devido aos maiores investimentos na segurança viária realizados pela CRO durante o ano de 2021.

\* \* \*

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos  
Acionistas e Administradores da  
OTP Rodovias S.A. (anteriormente denominada Odebrecht Rodovias S.A.)  
São Paulo - SP

### Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da OTP Rodovias S.A. (anteriormente denominada Odebrecht Rodovias S.A.) (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidadas da OTP Rodovias S.A. (anteriormente denominada Odebrecht Rodovias S.A.) em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, que indica que a Companhia e suas controladas mantêm, em 31 de dezembro de 2021: *i)* passivo circulante consolidado superior ao ativo circulante consolidado no montante de R\$ 989.661 mil, principalmente em virtude de dívidas de curto prazo com instituições financeiras mantidas pela controlada Concessionária Rota do Oeste S.A. (CRO); *ii)* processos envolvendo a controlada CRO relacionados a autos de infração lavrados pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) em discussão administrativa, e; *iii)* requerimento pela controlada CRO e aprovado pelo poder concedente, ANTT - Agência Nacional de Transporte Terrestre, ainda sujeito às demais etapas determinadas pela Lei nº 13.448/2017.

A não confirmação do sucesso dessas ações suscita a existência de incerteza relevante quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia, de seu respectivo plano de investimentos e de seus negócios. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2021 não contêm ajustes e/ou reclassificações por conta dessa incerteza. Nossa opinião não contém ressalvas relacionadas a esse assunto.

### Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da OTP Rodovias S.A. (anteriormente denominada Odebrecht Rodovias S.A.) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentadas para fins de comparação, foram examinadas por outro auditor independente, que emitiu seu relatório em 22 de abril de 2021 com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis, parágrafo de incerteza relevante relacionada à continuidade operacional da Companhia devido à existência de prejuízos líquidos recorrentes, passivos circulantes consolidados superiores aos ativos circulantes consolidados e existência de alto índice de alavancagem e, parágrafos de ênfase quanto a (i) controlada CRO possuir autos de infração lavrados pela ANTT; (ii) Processo arbitral envolvendo a controlada em conjunto Concessionária Bahia Norte S.A. (CBN); e (iii) Processo arbitral envolvendo a controlada em conjunto Concessionária Rota do Atlântico S.A. (CRA).

### Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 17 de abril de 2022.



BDO RCS Auditores Independentes SS  
CRC 2 SP 013846/O-1

Eduardo Affonso de Vasconcelos  
Contador CRC 1 SP 116001/O-3

Paulo Mendes Pedrosa<sup>1</sup>  
Contador CRC 1 SP 224011/O-9 - T

# OTP Rodovias S.A. (anteriormente denominada Odebrecht Rodovias S.A.)

## Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

Ativo					Passivo e patrimônio líquido					
	Nota	Controladora		Consolidado		Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020		2021	2020	2021	2020
<b>Ativo circulante</b>					<b>Passivo circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	6	1.256	9.722	78.043	47.273	15	-	-	950.262	941.072
Contas a receber	8	450	627	24.090	19.997	16	-	-	9.053	8.438
Tributos a recuperar	-	2.503	3.425	11.433	8.207	-	680	1.243	19.641	17.023
Despesas antecipadas	-	-	-	3.981	5.894	9	1.125	421	110.460	92.472
Outros ativos	-	9.784	592	15.502	3.586	-	5.684	4.432	18.256	15.753
		<b>13.993</b>	<b>14.366</b>	<b>133.049</b>	<b>84.957</b>	-	731	1.745	11.909	9.395
						-	29	29	3.129	7.189
							<b>8.249</b>	<b>7.870</b>	<b>1.122.710</b>	<b>1.091.342</b>
<b>Ativos não circulante mantidos para negociação</b>										
	11	-	<b>71.812</b>	-	<b>129.885</b>					
<b>Ativo não circulante</b>					<b>Passivos relacionados a ativos não circulantes mantidos para negociação</b>					
<b>Realizável a longo prazo</b>										
Aplicações financeiras	7	133.929	130.350	133.929	130.350	11	-	-	-	<b>48.219</b>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	-	-	30.078	28.473					
Partes relacionadas	9	39.734	388.476	40.116	382					
Despesas antecipadas	-	-	-	30	-					
Outros ativos	-	-	-	4.286	3.567					
		<b>173.663</b>	<b>518.826</b>	<b>208.439</b>	<b>162.772</b>					
<b>Imobilizado</b>										
Intangível	13	143	63	2.406	2.305					
	14	-	-	1.996.789	1.892.164					
		<b>143</b>	<b>63</b>	<b>1.999.195</b>	<b>1.894.469</b>					
<b>Total do ativo</b>										
		<b>187.799</b>	<b>605.067</b>	<b>2.340.683</b>	<b>2.272.083</b>					
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>					<b>Patrimônio líquido</b>					
<b>Passivo circulante</b>					<b>Capital social</b>					
<b>Empréstimos e financiamentos</b>					1.202.509					
<b>Arrendamento mercantil operacional</b>					(1.022.959)					
<b>Fornecedores</b>					<b>Prejuízos acumulados</b>					
<b>Partes relacionadas</b>					20					
<b>Obrigações sociais e trabalhistas</b>					<b>179.550</b>					
<b>Impostos, taxas e contribuições sociais</b>					<b>597.197</b>					
<b>Outros passivos</b>					<b>179.550</b>					
					<b>179.550</b>					
					<b>597.197</b>					
					<b>179.550</b>					
					<b>597.197</b>					
<b>Participação dos acionistas não controladores em ativos mantidos para negociação</b>					-					
					9.855					
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>					<b>187.799</b>					
					<b>605.067</b>					
					<b>2.340.683</b>					
					<b>2.272.083</b>					

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# OTP Rodovias S.A. (anteriormente denominada Odebrecht Rodovias S.A.)

## Demonstrações do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
<b>Operações continuadas</b>					
Receita líquida	21	-	-	610.926	525.623
Custos dos serviços prestados	23	-	-	(379.148)	(258.816)
<b>Lucro bruto</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>231.778</b>	<b>266.807</b>
Resultado de participação societária Gerais e administrativas	12 23	(5.945) (4.370)	(12.401) (3.872)	- (46.560)	- (44.472)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	23	(407.702)	-	(411.288)	423
<b>Lucro (prejuízo) operacional</b>		<b>(418.017)</b>	<b>(16.273)</b>	<b>(226.070)</b>	<b>222.758</b>
Resultado de participação societária	12	-	-	(50.790)	(60.356)
Resultado financeiro, líquido	24	730	11.940	(135.777)	(160.635)
<b>Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>(417.287)</b>	<b>(4.333)</b>	<b>(412.637)</b>	<b>1.767</b>
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	10.b	-	(1.337)	(4.650)	(7.437)
<b>Prejuízo das operações continuadas</b>		<b>(417.287)</b>	<b>(5.670)</b>	<b>(417.287)</b>	<b>(5.670)</b>
<b>Operações descontinuadas</b>					
Participação dos atuais controladores e não controladores nos ativos não circulantes mantidos para negociação	11	(360)	5.217	(360)	5.697
<b>Lucro (prejuízo) líquido do exercício</b>		<b>(417.647)</b>	<b>(453)</b>	<b>(417.647)</b>	<b>27</b>
<b>Atribuível a</b>					
Acionistas da Companhia		-	-	(417.647)	(453)
Participação dos não controladores		-	-	-	480
<b>Lucro (prejuízo) líquido do exercício</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(417.647)</b>	<b>27</b>
Prejuízo por ação atribuível aos acionistas da Companhia durante o exercício (expresso em R\$ por ação)		(0,35)	(0,00)		

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# OTP Rodovias S.A. (anteriormente denominada Odebrecht Rodovias S.A.)

## Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
<b>Lucro (prejuízo) líquido do exercício</b>	<b>(417.647)</b>	<b>(453)</b>	<b>(417.647)</b>	<b>27</b>
<b>Atribuível a</b>				
Acionistas da Companhia	(417.647)	(453)	(417.647)	(453)
Participação dos não controladores	-	-	-	480
	<b>(417.647)</b>	<b>(453)</b>	<b>(417.647)</b>	<b>27</b>
<b>Total do resultado abrangente do exercício atribuível aos acionistas da Companhia</b>				
Operações continuadas	(417.287)	(5.670)	(417.287)	(5.190)
Nos ativos mantidos para negociação	(360)	5.217	(360)	5.217
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b>(417.647)</b>	<b>(453)</b>	<b>(417.647)</b>	<b>27</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# OTP Rodovias S.A. (anteriormente denominada Odebrecht Rodovias S.A.)

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Valores expressos em milhares de reais)

	Atribuível aos acionistas da Companhia				Patrimônio líquido
	Capital social	Prejuízos acumulados	Total	Participação dos não controladores	
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2020</b>	<b>1.202.509</b>	<b>(604.859)</b>	<b>597.650</b>	<b>9.478</b>	<b>607.128</b>
Prejuízo do exercício das operações continuadas	-	(5.670)	(5.670)	480	(5.190)
Lucro do exercício das operações dos ativos mantidos para negociação	-	5.217	5.217	-	5.217
<b>Total resultado abrangente do exercício</b>	<b>-</b>	<b>(453)</b>	<b>(453)</b>	<b>480</b>	<b>27</b>
Outras transações com não controladores	-	-	-	(103)	(103)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>1.202.509</b>	<b>(605.312)</b>	<b>597.197</b>	<b>9.855</b>	<b>607.052</b>
Prejuízo do exercício das operações continuadas	-	(417.287)	(417.287)	-	(417.287)
Prejuízo do exercício dos ativos mantidos para negociação	-	(360)	(360)	-	(360)
<b>Total resultado abrangente do exercício</b>	<b>-</b>	<b>(417.647)</b>	<b>(417.647)</b>	<b>-</b>	<b>(417.647)</b>
Participação de acionistas não controladores em empresas alienadas	-	-	-	(9.855)	(9.855)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>1.202.509</b>	<b>(1.022.959)</b>	<b>179.550</b>	<b>-</b>	<b>179.550</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# OTP Rodovias S.A. (anteriormente denominada Odebrecht Rodovias S.A.)

## Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
<b>Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social das operações continuadas</b>	<b>(417.287)</b>	<b>(4.333)</b>	<b>(412.637)</b>	<b>1.767</b>
Lucro (prejuízo) do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social dos ativos mantidos para negociação	(360)	5.217	(360)	6.518
<b>Ajustes para reconciliação do lucro (prejuízo) do exercício</b>				
Depreciação e amortização	36	17	59.324	52.803
Resultado de participações societárias	5.945	12.401	(3.579)	12.401
Resultado na baixa de ativos Imobilizado e Intangível	-	-	1.196	3.663
Ajuste a valor presente	-	-	3.741	(815)
Provisão para contingências	-	-	(1.841)	(65)
Juros e variações monetárias, líquidas	(54)	(11.558)	118.472	161.218
Impairment de recebíveis	407.708	-	407.708	-
Outros Impairment	-	-	63.893	47.955
Outros	-	-	42.323	(15.881)
<b>Lucro (prejuízo) ajustado das operações</b>	<b>(3.652)</b>	<b>(3.473)</b>	<b>278.600</b>	<b>263.046</b>
Ajustes para reconciliação do lucro (prejuízo) do exercício dos ativos mantidos para negociação	360	-	2.831	4.055
<b>Lucro ajustado dos ativos mantidos para negociação</b>	<b>-</b>	<b>5.217</b>	<b>2.471</b>	<b>10.573</b>
<b>Variações dos ativos e passivos</b>				
Contas a receber	-	-	(4.093)	(4.456)
Tributos a recuperar	1.099	691	(3.226)	175
Outros ativos	(9.192)	939	(10.752)	(3.891)
Fornecedores	(327)	529	9.176	(3.956)
Impostos, taxas, salários e contribuições sociais	(125)	(4.347)	(1.598)	6.899
Outros passivos	-	-	(2.295)	6.245
<b>Caixa proveniente das (aplicado nas) operações</b>	<b>(8.545)</b>	<b>(2.188)</b>	<b>(12.788)</b>	<b>1.016</b>
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	-	(4.020)
Pagamento de juros e encargos financeiros	-	-	(48.834)	(45.743)
<b>Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais</b>	<b>(12.197)</b>	<b>(5.661)</b>	<b>216.978</b>	<b>214.299</b>
Variações nos ativos e passivos dos ativos mantidos para negociação	(4.427)	(5.217)	(4.635)	(1.232)
Juros pagos pelos ativos mantidos para negociação	-	-	(1.212)	(773)
<b>Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais dos ativos mantidos para negociação</b>	<b>(4.427)</b>	<b>-</b>	<b>(3.376)</b>	<b>8.568</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>				
Adições ao investimento	(9.524)	-	(9.524)	-
Adições ao imobilizado	(116)	-	(1.142)	(405)
Adições ao intangível	-	-	(164.104)	(100.645)
Aplicações financeiras	-	700	-	84.175
Recebimento de dividendos e Juros sobre capital próprio	-	752	-	-
<b>Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades de investimentos</b>	<b>(9.640)</b>	<b>1.452</b>	<b>(174.770)</b>	<b>(16.875)</b>
<b>Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades de investimentos dos ativos mantidos para negociação</b>	<b>75.879</b>	<b>-</b>	<b>75.368</b>	<b>(663)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>				
Empréstimos e financiamentos	-	-	(4.496)	(10.249)
Pagamento de custos de transação	-	-	(52.276)	(157.768)
Partes relacionadas	-	-	-	-
Recursos liberados	(60.309)	-	(41.334)	-
Recursos recebidos	2.228	421	2.228	421
Arrendamento mercantil	-	-	-	-
Captações	-	-	12.988	-
<b>Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades de financiamentos</b>	<b>(58.081)</b>	<b>421</b>	<b>(82.890)</b>	<b>(167.596)</b>
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos dos ativos mantidos para negociação</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(1.845)</b>	<b>(2.320)</b>
Efeito de caixa de empresas incluídas (excluídas) da consolidação	-	-	1.305	(5.585)
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(8.466)</b>	<b>(3.788)</b>	<b>30.770</b>	<b>29.828</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	9.722	13.510	47.273	17.445
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.256	9.722	78.043	47.273
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(8.466)</b>	<b>(3.788)</b>	<b>30.770</b>	<b>29.828</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# **OTP Rodovias S.A.**

## **(Anteriormente denominada Odebrecht Rodovias S.A.)**

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2021 e de 2020**

*(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

---

### **1. Informações gerais**

A OTP Rodovias S.A., nova denominada Odebrecht Rodovias S.A., aprovada em 13 de setembro de 2021 (“Companhia” ou “OTP Rodovias”, e, de forma conjunta com suas controladas “Grupo”), com sede em São Paulo, foi constituída em 09 de dezembro de 2014 tendo por objeto social:

- (i) A exploração de concessões e investimentos em projetos no segmento de rodovias existentes ou que venham a ser licitados no Brasil, exclusivamente por meio de participação, direta ou indireta, em consórcios ou no capital de outras sociedades, na qualidade de quotista ou acionista; e
- (ii) A prestação de serviços de: (a) execução, gestão e fiscalização de atividades relacionadas à operação de tráfego, conservação e limpeza, melhoramento, ampliação e recuperação de rodovias ou estradas de rodagem e negócios afins; (b) operação de praças de cobrança de pedágios; (c) auxílio ao usuário, incluindo, mas não limitado a reboque de veículos, atendimento médico pré-hospitalar e inspeção de tráfego em rodovias; (d) planejamento, desenvolvimento, administração, tratamento de dados e gerenciamento de sistemas e de equipamentos de automação; (e) engenharia, compreendendo concepção, planejamento, elaboração de orçamentos e propostas, estudos de viabilidade, contratação, assessoria técnica, execução e gerenciamento de projetos e de obras em geral; (f) gerenciamento, implantação e manutenção de sinalização viária; e (g) gerenciamento e administração de faixas de domínio de rodovias.

A Companhia é parte integrante do Grupo Novonor, sendo controlada de forma direta pela OTP S.A., nova denominação social da Odebrecht Transport S.A. (“OTP”) e de forma indireta pela Novonor S.A. – Em Recuperação Judicial (“Novonor”).

Em 17 de junho de 2019, a Novonor, juntamente com sua controladora direta ODBINV S.A., sua controladora indireta Kieppe Participações e Administração Ltda. e mais 18 empresas de seu grupo econômico, não incluindo a OTP e as suas controladas, protocolaram pedidos de Recuperação Judicial. Posteriormente, uma das empresas solicitou desistência do pedido, após acordo firmado com os seus credores. Até o momento, foram aprovados e homologados os planos de Recuperação Judicial da Novonor e de mais 17 empresas, restando a homologação de 2 empresas controladas, as quais permanecem negociando com os seus credores.

#### **(a) Contratos de concessão**

##### **Concessionária Rota do Oeste S.A. (“CRO”)**

A controlada direta CRO foi constituída em 27 de dezembro de 2013 e iniciou suas operações em 06 de setembro de 2015, tendo como objeto explorar, pelo regime de concessão, o sistema rodoviário composto por trechos da BR-163/MT e BR-070/MT, com prazo de 30 anos, conforme Contrato de Concessão firmado com a União por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”).

## **OTP Rodovias S.A.** **(Anteriormente denominada Odebrecht Rodovias S.A.)**

### **Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2021 e de 2020**

*(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

---

A CRO possui autos de infração lavrados pela ANTT, mediante os quais a agência reguladora alega o descumprimento de determinadas obrigações previstas no Contrato de Concessão e no Programa de Exploração da Rodovia (PER), incluindo obras de infraestrutura e duplicação da rodovia, decorrentes da não liberação do financiamento de longo prazo para a CRO. A Administração da CRO entende que as penalidades, caso sejam impostas ou confirmadas no âmbito administrativo da ANTT, podem vir a ser objeto de discussão na esfera judicial, envolvendo, inclusive, o procedimento arbitral já instaurado. Como parte das tratativas da CRO junto à ANTT, em 23 de março de 2021, a ANTT publicou a Deliberação nº 105, determinando um prazo de até 180 dias (vencido em 23 de setembro de 2021) para a conclusão de determinadas obras na rodovia e, paralelamente, que fosse apresentado um plano de trabalho para a retomada dos investimentos e o cumprimento das obrigações pendentes do Contrato de Concessão da CRO. Em 30 de março de 2021, em resposta à Deliberação nº 105, respaldada pelo novo marco regulatório e diante da impossibilidade de conclusão das adequações no prazo definido pela ANTT, a CRO apresentou à ANTT uma proposta de Termo de Ajustamento de Conduta (“TAC”), com reprogramação dos investimentos para saneamento das inexecuções contratuais e, como condição para a sua eficácia, a troca do controle acionário da CRO. Em 29 de abril de 2021, a ANTT reconheceu a admissibilidade do TAC e determinou que a CRO apresentasse minuta do referido termo para o início dos procedimentos administrativos correlacionados e subsequente submissão do TAC à consulta pública. A minuta do TAC foi elaborada pela CRO, apresentada, discutida e negociada com a ANTT e submetida à consulta pública para eventuais manifestações. Posteriormente, em 21 de outubro de 2021, em reunião da Diretoria Colegiada da ANTT, decidiu-se pela não deliberação do TAC e pela instauração do processo administrativo de caducidade da CRO, dando um prazo de 45 dias para manifestação da concessionária. Isso posto, em 09 de dezembro de 2021, a CRO protocolou junto à ANTT sua contestação em relação à instauração do processo administrativo de caducidade e apresentou um requerimento de instauração do processo de relicitação da concessão, nos termos do art. 14, §2º da Lei 13.448/17, conforme detalhado a seguir. Diante desse cenário, não há como determinar como a CRO será afetada pelos resultados das discussões envolvidas com a ANTT, nos autos de infração, na arbitragem em andamento e por quaisquer outros desdobramentos em demais instâncias.

Em 07 de agosto de 2019, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região concedeu decisão liminar, em ação cautelar proposta pela CRO, proibindo a ANTT de (i) aplicar penalidades contratuais, (ii) impor descontos tarifários que tenham efeitos punitivos, ou ainda (iii) executar a garantia em desfavor da concessionária, bem como determinou que fossem mantidas as condições tarifárias vigentes, até que fosse concluído o pedido administrativo de Revisão Contratual Periódica (Quinquenal), ou até a deliberação no processo arbitral sobre o tema. Em 11 de maio de 2020, a Corte Internacional de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional proferiu a Ordem Processual nº 6, por meio do qual foi mantida a ordem liminar concedida judicialmente, de manutenção do patamar tarifário praticado pela CRO. Atualmente, o processo arbitral encontra-se na Ordem Processual nº 35, que dá sequência nos andamentos processuais para a realização das perícias deferidas pelo tribunal na fase de produção de provas. As provas deferidas de perícias até o momento foram: (i) econômico e financeira; (ii) ambiental; (iii) avaliação de imóveis; e (iv) engenharia de rodovias.

Em 02 de março de 2021, a 5ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal concedeu decisão liminar confirmando a cautelar concedida em dezembro de 2020, com base nas provas apresentadas e após as manifestações da União e da ANTT. Essa liminar suspendeu a redução tarifária determinada por meio de decisão cautelar proferida no âmbito do Tribunal de Contas da União na sessão plenária de julgamento do dia 02 de dezembro 2020. Em 26 de fevereiro de 2021, a ANTT protocolou Agravo de Instrumento perante o Tribunal Regional Federal da 1ª Região, com pedido liminar requerendo a suspensão da decisão proferida em 09 de dezembro de 2020, sendo a liminar requerida no agravo indeferida. A decisão judicial de 02 de março de 2021 permanece vigente até que seja concluído o devido processo administrativo junto à ANTT.

# **OTP Rodovias S.A.**

## **(Anteriormente denominada Odebrecht Rodovias S.A.)**

### **Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2021 e de 2020**

*(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

---

#### **Devolução Amigável**

A Companhia, em conjunto com a sua controladora OTP, empreendeu inúmeros esforços para promover a alienação de sua participação acionária na CRO. No entanto não obteve, até o momento, êxito nestas tratativas, sendo necessárias, desse modo, a adoção de certas providências para o início do processo administrativo de devolução amigável do Contrato de Concessão, mediante relicitação (“Processo de Devolução”).

Nesse contexto, a CRO protocolou perante a ANTT, em 09 de dezembro de 2021, nos termos do art.14 § 2º da Lei nº 13.448/17, o requerimento formal quanto à intenção de aderir ao Processo de Devolução, condicionado à não oposição dos acionistas da OTP e dos credores da CRO, as quais foram confirmadas em dezembro de 2021. Destaca-se, no entanto, que o Procedimento de Devolução Amigável não vincula a CRO ou a ANTT, uma vez que a vinculação somente deverá ocorrer após a assinatura do Termo Aditivo, a ser negociado entre as partes.

Com o protocolo do Processo de Devolução, a Companhia está em negociações para firmar um novo Termo de Inação com os Credores da CRO e com a Caixa Econômica Federal, até que os principais termos e condições da devolução sejam definidos, quando então será realizada uma reestruturação das dívidas financeiras da CRO.

#### **(b) Capital Circulante Líquido (“CCL”)**

A Companhia e suas controladas encerraram o exercício de 31 de dezembro de 2021 com o passivo circulante superior ao ativo circulante em R\$ 989.279 (2020 – R\$ 1.006.385). O excesso decorre principalmente dos empréstimos e financiamentos de curto prazo da CRO, que previa em seu Plano de Negócios a captação de empréstimo de longo prazo para fazer frente à liquidação dos empréstimos de curto prazo e ao financiamento das obras previstas no Contrato de Concessão. No entanto, a deterioração dos cenários econômico e político do País trouxeram implicações diretas no mercado de crédito, impactando na estruturação e obtenção do financiamento de longo prazo.

A Companhia e suas controladas permanecem executando ações para assegurar sua hígidez financeira e consolidar sua sustentabilidade econômico-financeira, de modo a cumprir com suas obrigações perante seus credores. Dessa forma, a Companhia e suas controladas vêm simplificando suas estruturas, tendo como meta principal a redução de seus riscos financeiros. Dentre as principais ações estão a reestruturação financeira das dívidas e a alienação do controle acionário ou devolução do Contrato de Concessão da CRO, conforme detalhado anteriormente.

#### **(c) Transações e eventos societários relevantes que impactaram essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

Em 26 de abril de 2021, foi concluída a alienação da totalidade de ações detidas pela Companhia na Concessionária Bahia Norte (“CBN”) e em 30 de abril de 2021 foi concluída a alienação das ações detidas pela Companhia na Concessionária Rota do Atlântico (“CRA”) e na Concessionária Rota dos Coqueiros (“CRC”), com o recebimento de recursos financeiros no montante total de R\$ 75.879.

#### **(d) Principais Medidas e Impactos Decorrentes da Pandemia do Novo Coronavírus (COVID-19)**

Em 30 de janeiro de 2020, houve o anúncio, pela Organização Mundial da Saúde (“OMS”), de que o surto do COVID-19, doença respiratória aguda causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, era uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional. No Brasil, o Congresso Nacional, por meio do Decreto Legislativo nº 6 de 20 de março de 2020, reconheceu o estado de calamidade pública em decorrência da pandemia do COVID-19, ao mesmo tempo em que houve o anúncio da OMS, em 11 de março, classificando a doença como uma pandemia.

# **OTP Rodovias S.A.**

## **(Anteriormente denominada Odebrecht Rodovias S.A.)**

### **Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2021 e de 2020**

*(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

---

O Grupo vem acompanhando, juntamente com as suas investidas, os impactos causados pela pandemia do novo coronavírus e adotando as medidas necessárias para a preservação de emprego e manutenção da renda, permanecendo em contínua avaliação de medidas adicionais que possam ser implementadas a fim de garantir a saúde e a segurança de seus empregados e usuários, bem como assegurar o caixa necessário para manutenção das suas operações.

#### **Saúde**

Em aderência às recomendações de segurança e controle, a Companhia e suas controladas adotaram medidas com o objetivo de proteger a saúde dos seus integrantes e de seus familiares, prestadores de serviço, usuários e sociedade em geral. As principais medidas consistiram no afastamento dos profissionais classificados como grupos de risco, isolamento domiciliar de profissionais com sintomas de gripe ou com suspeita de infecção, intensificação das medidas de higienização e fornecimento de álcool gel nos escritórios, postos de atendimento e praças de pedágio, divulgação de campanhas educativas e informativas, seguindo orientações das autoridades sanitárias, adoção do regime de teletrabalho (“home office”) para todos os profissionais com possibilidade para realizar suas atividades nessa modalidade de trabalho, adoção de turnos de trabalho e fornecimento de máscaras de proteção para os profissionais não afastados ou em home office, suspensão de viagens não essenciais, suspensão de eventos e reuniões presenciais, disponibilização de ferramentas e incentivo para realização de reuniões por meio de videoconferência.

A CRO aprimorou as medidas no combate do COVID-19, com instalação de proteção de acrílico transparente entre as baias conjugadas de trabalho dos integrantes, aferição de temperatura, afastamento integral das gestantes, reforço nas campanhas educativas, prevenção, e a importância da vacinação, apoio junto a entidades de classe para priorização da vacinação de nossos integrantes, assim como instalação de contêiner ambulatório em sua sede, contratação de profissionais da Saúde, aquisição de mil testes rápidos antígeno Covid-19 (Swab Nasofaríngeo), contratação de fisioterapeuta para integrantes em estado grave, e retorno de UTI e auxílio na compra de medicamentos anti-inflamatórios de alto custo.

#### **Fluxo de Caixa**

Com a finalidade de manter os compromissos financeiros e a manutenção dos empregos, os fluxos de caixa da Controladora e de suas empresas controladas veem sendo reprogramados, por meio da postergação de investimentos não essenciais e da negociação com fornecedores para postergação de pagamentos, da renegociação com instituições financeiras, com a finalidade de postergar os pagamentos de determinadas obrigações financeiras e de outras ações operacionais.

#### **Operações**

À medida em que houve avanço na vacinação para combate ao COVID-19 e a redução nos números de internações e óbitos, as atividades operacionais foram sendo liberadas e a economia retomada. Nessa linha, a CRO fechou o ano de 2021 com um crescimento total 9% no fluxo de tráfego dos veículos frente ao ano de 2020, marcado por restrições oriundas de medidas de biossegurança e consequente paralização de diversas atividades. Este crescimento ocorreu, principalmente, em decorrência do setor de agronegócios, da retomada na prestação de serviços essenciais e na melhora do escoamento de grãos para o mercado internacional ao longo do ano.

#### **(e) Ativos não circulantes mantidos para negociação**

A Companhia, em conjunto com a sua controladora, permanece comprometida com o plano de alienação de seus ativos, aprovado pelos acionistas da OTP em dezembro de 2017 (“Plano de Alienação”). Neste contexto, em abril de 2021, foram concluídas as alienações das participações acionárias, detidas pela Companhia, nas empresas CRA, CBN e CRC.

# **OTP Rodovias S.A.**

## **(Anteriormente denominada Odebrecht Rodovias S.A.)**

### **Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2021 e de 2020**

*(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

---

No primeiro semestre de 2021, também houve um significativo avanço no processo de alienação da participação acionária da Companhia na CRO, com boas expectativas de concretização até o final de 2021. No entanto, conforme apresentado na Nota 1(a), o processo de alienação não evoluiu da forma esperada ao longo do 2º semestre de 2021, não havendo atualmente expectativas quanto à sua efetivação.

#### **(f) Acordos com autoridades, Governança e Compliance**

Em dezembro de 2016, a Novonor firmou um acordo de leniência (“Acordo”) com o Ministério Público Federal (“MPF”) e autoridades dos EUA e Suíça, responsabilizando-se pelos atos ilícitos que integram o objeto do Acordo, praticados em benefício de suas empresas, com exceção da Braskem S.A., que firmou um acordo próprio. Dessa forma, em 2017, como parte do Acordo, iniciou-se um processo de monitoramento externo, para verificação da eficácia dos programas de conformidade e ambiente de controle, tendo sua conclusão e certificação ocorrida em novembro de 2020.

Em julho de 2018, a Novonor também celebrou um acordo de leniência com o Ministério da Transparência/Controladoria-Geral da União (“CGU”) e com a Advocacia-Geral da União (“AGU”), mediante o qual serão extintas as ações de improbidade e os processos administrativos no âmbito do Executivo Federal Brasileiro.

A Companhia, juntamente com as suas empresas controladas, possui compromisso de, continuamente, atuar com transparência e integridade, conforme as melhores práticas de governança e com as leis, normas e regulamentos aplicáveis. Nesse sentido, foi desenvolvido e implementado pela Companhia, desde 2017, um sistema de conformidade, que visa garantir e zelar uma conduta baseada em princípios e valores éticos.

Na medida em que a Companhia, suas empresas controladas e nenhum administrador sofreu condenação, bem como não tem conhecimento de processos em curso envolvendo os mesmos, não há como determinar se haverá, para a Companhia e suas empresas controladas, algum impacto oriundo dos resultados do referido Acordo e de seus eventuais desdobramentos. A Administração, neste momento, entende que tais efeitos, caso eventualmente existam, não deverão afetar significativamente a Companhia e suas empresas controladas e, consequentemente, as suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2021.

## **2. Resumo das principais políticas contábeis**

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão descritas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram autorizadas pela Diretoria da Companhia em 17 de abril de 2022.

### **2.1. Base de preparação**

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor dos ativos e passivos, que é ajustado para refletir a mensuração do valor justo em determinados ativos e passivos financeiros.

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, estão divulgadas na nota 3.

# OTP Rodovias S.A.

## (Anteriormente denominada Odebrecht Rodovias S.A.)

### Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Conforme descrito na nota 1(b), a Administração vem avaliando a capacidade da Companhia e suas controladas em continuar operando e está implementando ações para reestabelecer seu equilíbrio econômico-financeiro, de modo que tenha recursos para dar continuidade aos seus negócios. Portanto, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas com base nesse pressuposto.

#### 2.2. Demonstrações contábeis individuais

As demonstrações contábeis individuais da Companhia estão sendo apresentadas juntamente com as demonstrações contábeis consolidadas, tendo sido elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores e das normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

Nas demonstrações contábeis individuais, as empresas controladas, empresas controladas em conjunto e empresas coligadas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações contábeis individuais quanto nas demonstrações contábeis consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia.

#### 2.3. Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas também foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as normas emitidas pelo CPC. Todas as informações relevantes próprias destas demonstrações contábeis consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às práticas utilizadas pela Administração na gestão da Companhia.

As demonstrações contábeis consolidadas abrangem as seguintes companhias em 31 de dezembro de 2021:

	País	Participação no capital social(%)	
		2021	2020
<b>Companhias consolidadas</b>			
Concessionário Rota do Oeste S.A. ("CRO")	Brasil	100,00%	100,00%
Concessionária Rota dos Coqueiros S.A. ("CRC") (i)	Brasil	0,00%	74,13%

(i) Investimento alienado em 26 de abril de 2021.

#### 2.4. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando-se a moeda do principal ambiente econômico, no qual cada empresa atua ("moeda funcional"). A moeda funcional e de apresentação da Companhia é o Real.

#### 2.5. Ativo intangível

Os ativos intangíveis da Companhia são construídos em decorrência do contrato de concessão e registrados conforme Interpretação Técnica ICPC 01, item 17, mediante o qual são estimados o valor justo de construção e outros custos incorridos com a implementação de infraestrutura.

O reconhecimento do valor justo dos ativos intangíveis decorrentes de contratos de concessão está sujeito a certos pressupostos e estimativas, bem como a utilização de diferentes premissas que possam afetar os saldos registrados.

# OTP Rodovias S.A.

## (Anteriormente denominada Odebrecht Rodovias S.A.)

### Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão, a partir da data em que esses estão disponíveis para uso, já que tal método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

#### 2.6. Benefícios a empregados

##### a) Participação nos lucros

O Grupo reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em uma metodologia, que leva em conta o resultado atribuído aos acionistas da Companhia. O Grupo reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigado ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada.

##### b) Obrigações de aposentadoria

O Grupo mantém um convênio de adesão com a Vexty Previdência S.A. (“Vexty”) (antiga Odebrecht Previdência S.A.), entidade fechada de previdência privada, instituída pela Novonor, constituindo-se em uma de suas patrocinadoras conveniadas. A Vexty proporciona aos seus participantes um plano de contribuição definida, onde é aberto um fundo individual de poupança para aposentadoria, no qual são acumuladas e administradas as contribuições mensais e as esporádicas dos participantes e as contribuições mensais e anuais das patrocinadoras.

No que se refere ao pagamento dos benefícios estabelecidos para o referido plano, as obrigações da Vexty estão limitadas ao valor total das quotas dos participantes e, em cumprimento ao regulamento do plano de contribuição definida, não poderá exigir nenhuma obrigação, nem responsabilidade, por parte das companhias patrocinadoras para garantir níveis mínimos de benefício aos participantes que venham a se aposentar.

Por se tratar de um plano de contribuição definida, cujo risco de recebimento dos benefícios é de total responsabilidade dos participantes, a Administração avaliou como não aplicável ao plano Vexty o tratamento como plano de benefício definido, conforme CPC 33 – Benefícios a empregados.

#### 2.7. Normas novas e pronunciamentos contábeis ainda não adotados

Uma série de novas normas contábeis serão adotadas para os exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2022, a saber:

- **Contratos onerosos:** Custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37) – A partir de 1º de janeiro de 2022.
- **Imobilizado:** Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16) – A partir de 1º de janeiro de 2022.
- **Referência à estrutura conceitual:** (alterações ao CPC 15/IFRS 3) – A partir de 1º de janeiro de 2022.
- **Classificação do passivo em circulante ou não circulante:** (Alterações ao CPC 26/IAS 1) – A partir de 1º de janeiro de 2023.
- **IFRS 17 - Contratos de seguros:** A partir de 1º de janeiro de 2023.

# **OTP Rodovias S.A.**

## **(Anteriormente denominada Odebrecht Rodovias S.A.)**

### **Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2021 e de 2020**

*(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

---

A Companhia não adotou antecipadamente essas normas e não esperam que as mudanças tenham impacto significativo em suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

### **3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos**

Estimativas e julgamentos críticos são aqueles que requerem julgamentos mais difíceis, subjetivos ou complexos por parte da Administração, frequentemente como resultado da necessidade de se fazer estimativas que têm impacto sobre questões que são inerentemente incertas. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Os resultados reais podem ser distintos dos planejados em função de diferenças nas variáveis, premissas ou condições usadas nas estimativas.

De modo a proporcionar um entendimento de como a Companhia e suas controladas formam seus julgamentos sobre eventos futuros, estão apresentadas a seguir as principais variáveis e premissas utilizadas nas seguintes estimativas críticas.

#### **a) Provisão para perda no valor recuperável de ativos (“*Impairment*”)**

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos anualmente para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o valor do ativo é superior ao seu valor de recuperação, um novo valor do ativo é determinado, mediante constituição de perda no valor recuperável.

O Grupo determina o valor em uso do ativo através do valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, descontados a valor presente, usando taxas de descontos que reflitam as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

Para a projeção do fluxo de caixa, são consideradas estimativas do número de usuários, índices de reajustes de tarifas, crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), elasticidade do PIB do negócio, custos operacionais, inflação, taxas de descontos e reequilíbrios contratuais.

#### **b) Imposto de renda e contribuição social diferidos**

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, entretanto, sofrer alterações.

#### **c) Reconhecimento de margem da receita de construção**

Na apuração do valor justo da margem da receita de construção, cujo valor é próximo de zero, as empresas controladas utilizam o custo total incorrido, mais uma margem de lucro, quando aplicável, com base nos custos incorridos atribuíveis ao contrato de concessão, apurada pela combinação dos custos de supervisão, risco do negócio e gerenciamento dos subcontratados.

#### **d) Determinação da amortização dos ativos intangíveis**

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros dos ativos sejam consumidos, ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro. Caso não seja possível estimar os benefícios econômicos futuros, a amortização é feita de forma linear.

# **OTP Rodovias S.A.**

## **(Anteriormente denominada Odebrecht Rodovias S.A.)**

### **Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2021 e de 2020**

*(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

---

O efeito da amortização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão é reconhecido com base nas projeções das curvas de demanda, limitado ao prazo final da concessão. A Administração reconhece que essa é a melhor estimativa para refletir o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo, sendo essa estimativa também utilizada pelas principais empresas do segmento. Assim, a taxa de amortização é determinada através de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e a geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do contrato de concessão.

#### **e) Provisões cíveis, trabalhistas e previdenciárias**

A Companhia e suas empresas Controladas estimam e atualizam as provisões para as perdas prováveis com base nos desfechos em seus processos e na taxa média de êxito, calculada em conjunto e com amparo da opinião de seus consultores legais externos.

#### **f) Provisão para conserva especial**

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia e suas controladas define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato de concessão, ao longo de todo o período da concessão.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente à disposição dos usuários.

A provisão para manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos ao valor presente, levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

Para fins de cálculo do valor presente, a taxa de desconto praticada para cada intervenção futura é mantida por todo o período de provisionamento.

## **4. Gestão de risco financeiro**

### **4.1. Fatores de risco financeiro**

#### **a) Considerações gerais**

As atividades da Companhia e de suas empresas controladas as expõem a diversos riscos financeiros: risco de liquidez, risco de crédito e exposição ao risco de taxa de juros. A gestão de risco do Grupo leva em consideração a imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar os potenciais efeitos adversos no seu desempenho financeiro.

A gestão de risco é pautada pela identificação, mensuração e mitigação dos riscos mapeados para todos os negócios do Grupo.

# **OTP Rodovias S.A.**

## **(Anteriormente denominada Odebrecht Rodovias S.A.)**

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2021 e de 2020**

*(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

---

### **b) Gerenciamentos de riscos**

A Companhia e suas empresas controladas estão expostas: (i) aos riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais; (ii) aos riscos de crédito, decorrentes da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber; e (iii) aos riscos de mercado, decorrentes de variações das taxas de juros e preços.

A gestão de riscos de liquidez, de crédito e de mercado se dá através de mecanismos de manutenção de caixa mínimo e acompanhamento do mercado financeiro, buscando minimizar a exposição dos ativos e passivos, de modo a proteger a rentabilidade dos contratos e do patrimônio.

### **c) Risco de liquidez**

A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo Grupo, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de assegurar a liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimo e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais dos negócios.

### **d) Risco de crédito**

As operações que sujeitam a Companhia e suas empresas controladas à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, onde ficam expostas ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, o Grupo mantém contas correntes bancárias com instituições financeiras consideradas pela Administração como de primeira linha, considerando parâmetros objetivos, tais como a classificação de risco por agências de Rating (S&P, Fitch, Moody's) e o seu respectivo Patrimônio Líquido.

### **e) Riscos de mercado / Taxas de juros**

A Companhia e suas empresas Controladas estão expostas ao risco da variação de taxas de juros e índices de inflação, que podem causar aumentos significativos em suas despesas financeiras, com o provisionamento de juros futuros. As dívidas atualmente contratadas estão sujeitas às variações da Taxa de Longo Prazo ("TLP"), do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), do Certificado de Depósito Bancário ("CDI") e da Taxa de Depósito Interfinanceiros ("DI").

As empresas controladas também estão expostas ao risco de variação de índices de preços nas receitas operacionais onde as tarifas são reajustadas pelo IPCA, sendo essa a situação na maioria dos casos das empresas da Companhia.

## **4.2. Gestão de capital – Consolidado**

Os objetivos da Companhia e suas controladas ao administrar seu capital são os de salvaguardar a sua capacidade de continuidade possibilitando o retorno do capital investido aos acionistas e benefícios a outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital adequada que otimize seus custos e riscos.

A Companhia e suas empresas Controladas monitoram a sua estrutura de capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total, o qual é representado pela soma do patrimônio líquido consolidado.

# OTP Rodovias S.A.

## (Anteriormente denominada Odebrecht Rodovias S.A.)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os índices de alavancagem financeira podem ser assim sumariados:

	Nota	2021	Consolidado 2020
Empréstimos e financiamentos	15	950.262	941.072
Arrendamento mercantil operacional	16	11.848	10.614
Caixa e equivalentes de caixa	6	(78.043)	(47.273)
Aplicações financeiras	7	(133.929)	(130.350)
<b>Dívida líquida</b>		<b>750.138</b>	<b>774.063</b>
Patrimônio líquido		179.550	597.197
Total do capital próprio e de terceiros		929.688	1.371.260
<b>Índice de alavancagem financeira - %</b>		<b>81%</b>	<b>56%</b>

## 5. Instrumentos financeiros por categoria – Consolidado

A segregação dos instrumentos financeiros consolidados, por categoria, foi realizada da seguinte forma:

Nota	Ativos ao valor justo por meio do resultado		Ativos e passivos mensurados ao custo amortizado	
	2021	2020	2021	2020
<b>Ativos, conforme o balanço patrimonial</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	6	-	78.043	47.273
Aplicações financeiras	7	133.929	-	-
Contas a receber	8	-	24.090	19.997
Demais contas a receber		-	15.502	3.586
		<b>133.929</b>	<b>117.635</b>	<b>70.856</b>
<b>Passivos, conforme o balanço patrimonial</b>				
Empréstimos e financiamentos	15	-	950.262	941.072
Arrendamento mercantil operacional	16	-	11.848	10.614
Fornecedores	-	-	23.997	19.812
Partes relacionadas	9	-	168.942	147.893
Outros passivos	-	-	6.682	8.977
		-	<b>1.161.731</b>	<b>1.128.368</b>

## 6. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Caixa e bancos	1.256	1.499	5.454	4.185
Numerários em trânsito	-	-	302	381
Aplicações financeiras (a)	-	8.223	71.747	42.102
Fundo fixo e de troca	-	-	540	605
	<b>1.256</b>	<b>9.722</b>	<b>78.043</b>	<b>47.273</b>

(a) Os recursos financeiros mantidos em aplicações financeiras estão aplicados em fundos de investimento de baixo risco, que buscam acompanhar a variação do CDI, podendo ser prontamente conversíveis em caixa. Em 31 de dezembro de 2021, os valores estavam aplicados em bancos de primeira linha, com remunerações entre 96% e 102% do CDI.

# OTP Rodovias S.A.

## (Anteriormente denominada Odebrecht Rodovias S.A.)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 7. Aplicações financeiras – Controladora e Consolidado

	2021	2020
Títulos de valores mobiliários (a)	133.929	130.350
	<b>133.929</b>	<b>130.350</b>

- (a) Representa o valor das cotas do OTP CRB Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("FIP OTP CRB"), constituído com a finalidade de deter a participação residual de 15% do capital social da Concessionária Rota das Bandeiras S.A. ("CRB"). Em 2021, a variação das cotas foi de R\$ 3.579 (2020 - R\$ 13.102), decorrente, substancialmente, do reflexo do investimento detido na CRB.

A CRB era controlada integral da Companhia, sendo o controle acionário alienado em 28 de maio de 2019. O Contrato de Concessão, assinado em abril de 2009, tem como objetivo a exploração, sob regime de concessão, do Sistema Rodoviário constituído pela malha rodoviária estadual do Corredor Dom Pedro I. A concessão, pelo prazo de 30 anos mediante a cobrança de pedágios, consiste na manutenção e melhoria dos sistemas de operação, recuperação das rodovias existentes, construção de pistas marginais, implantação de sistemas de controle de tráfego e atendimento aos usuários, conservações preventivas, recuperação especial, projetos, gerenciamento de obra, implantação de sistemas eletrônicos de gestão e arrecadação de pedágios, dentre outros.

### 8. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Meios de pagamentos eletrônicos (a)	-	-	23.418	19.046
Outros	450	627	672	951
	<b>450</b>	<b>627</b>	<b>24.090</b>	<b>19.997</b>

- (a) As contas a receber são registradas pelos respectivos valores faturados e estão representadas substancialmente por recebíveis de pedágio eletrônico e vale pedágio, a receber pela CRO.

Em 31 de dezembro de 2021, a Administração, com base em sua avaliação de risco de crédito, entende que não se faz necessária a constituição de uma provisão para perdas esperadas desse crédito, tomando como base para essa avaliação, entre outros aspectos, (i) as informações históricas sobre os índices de inadimplência observados, (ii) a tradição e a reputação no mercado das contrapartes e (iii) informações publicadas na mídia e veículos especializados sobre as contrapartes.

### 9. Partes relacionadas

#### Controladora

Empresa relacionada	Ativo circulante Contas a receber	Ativo não circulante Partes relacionadas	Passivo circulante Partes relacionadas	Resultado do exercício Transações
Agrovia do Nordeste S.A. (b)	-	-	-	60
Concessionária Mobilidade Anhanguera S.A. (b)	6	-	45	63
Construtora Norberto Odebrecht S.A. ("CNO") (b)	291	-	-	(459)
Novonor S.A. Em recuperação Judicial (b)	28	-	-	-
Odebrecht Engenharia e Construção Internacional S.A. ("OECI") (c) (e)	27	-	-	-
Odebrecht Mobilidade S.A. (b)	5	-	-	60
Odebrecht Transport S.A. (a) (b)	17	39.734	1.080	49
OM Linha 6 Participações S.A. (b)	5	-	-	60
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>379</b>	<b>39.734</b>	<b>1.125</b>	<b>(167)</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>506</b>	<b>388.476</b>	<b>421</b>	<b>11.558</b>

# OTP Rodovias S.A.

## (Anteriormente denominada Odebrecht Rodovias S.A.)

### Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### Consolidado

Empresa relacionada	Ativo circulante	Ativo não circulante		Passivo circulante	Passivo não circulante	Resultado do exercício
	Contas a receber	Adiantamento a fornecedores	Partes relacionadas	Partes relacionadas	Partes relacionadas	Transações
Agrovia do Nordeste S.A. (b)	-	-	-	-	-	60
Concessionária Mobilidade Anhanguera S.A. (b)	6	-	-	45	-	63
Construtora Norberto Odebrecht S.A. ("CNO") (b)	291	-	382	1.182	-	1.738
Novonor S.A. Em recuperação Judicial (b)	28	-	-	-	-	-
Odebrecht Engenharia e Construção Internacional S.A. ("OECI") (c) (d)	27	71.402	-	103.326	-	16.229
Odebrecht Mobilidade S.A. (b)	5	-	-	-	-	60
Odebrecht Transport S.A. (a) (b)	17	-	39.734	1.080	58.482	3.444
OM Linha 6 Participações S.A. (b)	5	-	-	-	-	60
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>379</b>	<b>71.402</b>	<b>40.116</b>	<b>110.460</b>	<b>58.482</b>	<b>21.654</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>506</b>	<b>71.402</b>	<b>382</b>	<b>92.472</b>	<b>55.421</b>	<b>16.885</b>

- a) O valor apresentado em Partes relacionadas (na Controladora) refere-se à operação de mútuo realizadas para transferência de recursos oriundos da alienação da CRC, CBN e CRA, para a OTP, destinados à amortização parcial de dívidas financeiras.
- b) Os saldos de Contas a receber e Fornecedores decorrem do rateio e repasse de despesas administrativas, tais como aluguéis e serviços compartilhados (contabilidade, tesouraria, folha de pagamento e tecnologia da informação, dentre outros) e/ou repasse de passivos trabalhistas.
- c) Refere-se a adiantamentos contratuais realizados pela CRO para a execução das obras de recuperação e ampliação da capacidade do sistema rodoviário da rodovia BR-163/MT ("Contrato EPC"), o qual está registrado como custo do ativo de contrato. Esse valor deve ser compensado com os valores contratuais devidos à OEI, conforme detalhado no item (iv) abaixo, além das obrigações contratuais da CRO com a CNO, a serem endereçadas com o término do referido Contrato de EPC.
- d) O valor apresentado em Fornecedores (no Consolidado) decorre de obrigações contratuais devidas pela CRO para a OEI em função da contratação para a execução das obras de recuperação e ampliação da capacidade do sistema rodoviário da rodovia BR-163/MT ("Contrato EPC"), realizada conforme critérios de mercado e especificações técnicas.
- e) O saldo apresentado em Fornecedores decorre de locação de máquinas e equipamentos contratados pela CRO. reajustados com base no índice INCC-DI.

## 10. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

### a) Imposto de renda e contribuição social diferidos - Consolidado

Os saldos dos ativos e passivos de imposto de renda diferido, apresentados de forma líquida, são decorrentes de:

	Consolidado	
	2021	2020
<b>Ativo (passivo) fiscal diferido</b>		
Juros, IOF, custos de transação capitalizados e AVP	(30.506)	(34.583)
Prejuízo fiscal / Base negativa (*)	7.314	17.429
Provisão para Manutenção Especial - ICPC01	45.197	30.929
Outras diferenças temporárias	8.073	14.698
	<b>30.078</b>	<b>28.473</b>

# OTP Rodovias S.A.

## (Anteriormente denominada Odebrecht Rodovias S.A.)

### Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (\*) Refere-se, substancialmente, a impostos diferidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL da CRO. Esses créditos têm projeção de realização até 2026.

A expectativa da CRO quanto à realização total do saldo dos créditos fiscais constituídos sobre os prejuízos fiscais acumulados, a ser amortizado para fins tributários, está prevista para ocorrer da seguinte forma:

	Consolidado	
	2021	2020
2021	-	2.424
2022	1.285	1.285
2023 em diante	6.029	13.720
	<b>7.314</b>	<b>17.429</b>

Como base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas no lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, e outras variações, não existe uma correlação imediata entre o resultado da CRO e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização desses créditos fiscais deve ocorrer antes do término do processo de relicitação.

#### b) Imposto de renda e contribuição social diferidos no resultado

	Consolidado	
	2021	2020
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.604	(2.481)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(6.254)	(4.956)
	<b>(4.650)</b>	<b>(7.437)</b>

## 11. Ativos não circulantes mantidos para negociação

Em 31 de dezembro de 2020, os “Ativos Não Circulantes Mantidos para Negociação” incluíam os saldos de investimentos nas empresas CBN, CRA e CRC, cujas alienações foram concluídas em abril de 2021. Os ativos estavam sendo mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda, conforme o valor de recuperabilidade (*impairment*).

Os resultados dos “Ativos Não Circulantes Mantidos para Negociação” estão apresentados na rubrica “Operações Descontinuadas” na demonstração dos resultados e os ativos e passivos estão apresentados, respectivamente, nas rubricas “Ativos Não Circulantes Mantidos para Negociação” e “Passivos Relacionados a Ativos Não Circulante Mantidos para Negociação” no balanço patrimonial, conforme detalhados nos itens (i) e (ii) a seguir.

# OTP Rodovias S.A.

## (Anteriormente denominada Odebrecht Rodovias S.A.)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### (i) Saldo patrimonial em 31 de dezembro

#### Ativo

Ativo	2020			Total
	OTP Rodovias	CRC	Eliminações	
Caixa e equivalentes de caixa	-	9.634	-	9.634
Contas a receber	-	2.492	-	2.492
Tributos a recuperar	-	241	-	241
Outros ativos	-	103	-	103
<b>Ativo circulante</b>	-	<b>12.470</b>	-	<b>12.470</b>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	7.969	-	7.969
Contas a receber - partes relacionadas	-	2.952	-	2.952
Depósitos judiciais	-	532	-	532
Investimento	71.812	-	(28.238)	43.574
Imobilizado	-	178	-	178
Ativo de contrato	-	62.210	-	62.210
<b>Ativo não circulante</b>	<b>71.812</b>	<b>73.841</b>	<b>(28.238)</b>	<b>117.415</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>71.812</b>	<b>86.311</b>	<b>(28.238)</b>	<b>129.885</b>

#### Passivo

Passivo	2020			Total
	OTP Rodovias	CRC	Eliminações	
Fornecedores	-	310	-	310
Empréstimos e financiamentos	-	3.724	-	3.724
Partes relacionadas	-	33	-	33
Impostos, taxas e contribuições sociais	-	296	-	296
Obrigações sociais e trabalhistas	-	290	-	290
Outros passivos	-	1.302	-	1.302
<b>Passivo circulante</b>	-	<b>5.955</b>	-	<b>5.955</b>
Fornecedores	-	38.062	-	38.062
Partes relacionadas	-	896	-	896
Provisão para contingências	-	1.039	-	1.039
Outros passivos	-	2.267	-	2.267
<b>Passivo não circulante</b>	-	<b>42.264</b>	-	<b>42.264</b>
<b>Total do passivo</b>	-	<b>48.219</b>	-	<b>48.219</b>
Participação dos não controladores	-	-	9.855	9.855
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	-	<b>48.219</b>	<b>9.855</b>	<b>58.074</b>

# OTP Rodovias S.A.

## (Anteriormente denominada Odebrecht Rodovias S.A.)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### (ii) Demonstrações dos resultados do exercício findo em 31 de dezembro

	2021				2020			
	OTP Rodovias	CRC	Eliminações	Total	OTP Rodovias	CRC	Eliminações	Total
<b>Operações descontinuadas</b>								
Receita líquida	-	5.810	-	5.810	-	18.781	-	18.781
Custo dos serviços prestados	-	(3.215)	-	(3.215)	-	(8.646)	-	(8.646)
<b>Lucro bruto</b>	-	<b>2.595</b>	-	<b>2.595</b>	-	<b>10.135</b>	-	<b>10.135</b>
Despesas gerais e administrativas	-	(1.599)	-	(1.599)	-	(4.190)	-	(4.190)
<b>Resultado operacional</b>	-	<b>996</b>	-	<b>996</b>	-	<b>5.945</b>	-	<b>5.945</b>
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	-	(7.037)	-	(1.374)	(8.411)
Alienação de investimentos	(360)	-	(23)	(383)	-	-	-	-
Impairment	-	-	-	-	12.254	-	-	12.254
Resultado financeiro líquido	-	(973)	-	(973)	-	(3.270)	-	(3.270)
<b>Resultado antes dos impostos</b>	<b>(360)</b>	<b>23</b>	<b>(23)</b>	<b>(360)</b>	<b>5.217</b>	<b>2.675</b>	<b>(1.374)</b>	<b>6.518</b>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	(3)	3	-	-	(821)	-	(821)
<b>Lucro (prejuízo) líquido do período</b>	<b>(360)</b>	<b>20</b>	<b>(20)</b>	<b>(360)</b>	<b>5.217</b>	<b>1.854</b>	<b>(1.374)</b>	<b>5.697</b>

### (iii) Demonstrações dos fluxos de caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro

	2021				2020			
	OTP Rodovias	CRC	Eliminações	Total	OTP Rodovias	CRC	Eliminações	Total
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>								
<b>Resultado antes dos impostos</b>	<b>(360)</b>	<b>23</b>	<b>(23)</b>	<b>(360)</b>	<b>5.217</b>	<b>2.675</b>	<b>(1.374)</b>	<b>6.518</b>
<b>Ajustes para reconciliação do prejuízo do período</b>								
Depreciação e amortização	-	1.268	-	1.268	-	3.818	-	3.818
Juros e variações monetárias, líquidas	-	1.082	-	1.082	-	3.595	-	3.595
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	-	7.037	-	1.374	8.411
Provisão para contingências	-	-	-	-	-	86	-	86
Provisão para conserva especial	-	102	-	102	-	-	-	-
Baixa de investimentos	360	-	23	383	-	-	-	-
Impairment	-	-	-	-	(12.254)	-	-	(12.254)
Outros	-	(4)	-	(4)	-	399	-	399
<b>Total de Ajustes para reconciliação</b>	<b>360</b>	<b>2.448</b>	<b>23</b>	<b>2.831</b>	<b>(5.217)</b>	<b>7.898</b>	<b>1.374</b>	<b>4.055</b>
<b>Varição dos ativos e passivos</b>	<b>(4.427)</b>	<b>(208)</b>	<b>-</b>	<b>(4.635)</b>	<b>-</b>	<b>(1.232)</b>	<b>-</b>	<b>(1.232)</b>
<b>Caixa proveniente das operações</b>	<b>(4.427)</b>	<b>2.263</b>	<b>-</b>	<b>(2.164)</b>	<b>-</b>	<b>9.341</b>	<b>-</b>	<b>9.341</b>
Juros pagos	-	(1.212)	-	(1.212)	-	(773)	-	(773)
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	<b>(4.427)</b>	<b>1.051</b>	<b>-</b>	<b>(3.376)</b>	<b>-</b>	<b>8.568</b>	<b>-</b>	<b>8.568</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>								
Adições ao imobilizado	-	(14)	-	(14)	-	(53)	-	(53)
Adições ao intangível	-	(448)	-	(448)	-	(426)	-	(426)
Alienação de investimentos	75.879	-	-	75.879	-	-	-	-
Aplicações financeiras	-	(49)	-	(49)	-	(184)	-	(184)
	<b>75.879</b>	<b>(511)</b>	<b>-</b>	<b>75.368</b>	<b>-</b>	<b>(663)</b>	<b>-</b>	<b>(663)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>								
Partes relacionadas	-	(25)	-	(25)	-	33	-	33
Dividendos pagos	-	-	-	-	-	(1.016)	-	(1,016)
Amortização de empréstimos	-	(1.641)	-	(1,641)	-	(792)	-	(792)
Arrendamento mercantil	-	(179)	-	(179)	-	-	-	-
Aumento de capital social	-	-	-	-	-	(545)	-	(545)
	-	<b>(1.845)</b>	<b>-</b>	<b>(1,845)</b>	<b>-</b>	<b>(2,320)</b>	<b>-</b>	<b>(2,320)</b>
Efeito de caixa das empresas excluídas na consolidação	-	1.305	-	1.305	-	-	-	-
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>71.452</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>71.452</b>	<b>-</b>	<b>5.585</b>	<b>-</b>	<b>5.585</b>

# OTP Rodovias S.A.

## (Anteriormente denominada Odebrecht Rodovias S.A.)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 12. Investimentos – Controladora

#### a) Investimentos em controladas e coligadas

	Quantidade de ações possuídas		Participação direta (%)		Patrimônio líquido		Lucro líquido (prejuízo) ajustado do exercício	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
CRO	373.082.000	363.558.000	100,00	100,00	407.395	353.026	44.845	47.955
CRC (i)	-	26.150.154	-	74,13	-	38.093	-	1.854
CBN (i)	-	355.143.264	-	50,00	-	274.931	-	(22.901)
CRA (i)	-	70.719.454	-	50,00	-	57.090	-	6.064

(i) Participações societárias alineadas em abril de 2021, conforme descrito na Nota 1(c). Em 2020, tais investimentos estavam apresentados na rubrica de Ativos não circulantes mantidos para negociação.

#### b) Movimentação dos investimentos

Investida	Saldo no início do exercício	Aumento de capital (i)	Equivalência patrimonial	Impairment	Saldo no final do exercício
Concessionária Rota do Oeste S.A.	-	9.524	44.845	(54.369)	-
<b>31 de dezembro de 2021</b>	-	<b>9.524</b>	<b>44.845</b>	<b>(54.369)</b>	-
<b>31 de dezembro de 2020</b>	-	-	<b>47.955</b>	<b>(47.955)</b>	-

Em 21 de outubro de 2021, foi aprovado o aumento de capital da CRO, no valor de R\$ 9.524, com emissão de 9.524.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente pela Companhia.

### 13. Imobilizado – Consolidado

#### a) Composição

	Edificações e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Móveis e utensílios	Veículos e embarcações	Total imobilizado
Custo	45	3.282	630	2.486	6.443
Depreciação acumulada	(45)	(2.426)	(411)	(1.256)	(4.138)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	-	<b>856</b>	<b>219</b>	<b>1.230</b>	<b>2.305</b>
Aquisições	-	838	20	284	1.142
Baixas, líquidas de depreciação	-	-	-	(103)	(103)
Depreciação	-	(443)	(55)	(440)	(938)
<b>Saldo contábil</b>	-	<b>1.251</b>	<b>184</b>	<b>971</b>	<b>2.406</b>
Custo	45	4.120	650	2.438	7.253
Depreciação acumulada	(45)	(2.869)	(466)	(1.467)	(4.847)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	-	<b>1.251</b>	<b>184</b>	<b>971</b>	<b>2.406</b>
Taxas anuais de depreciação (%)	2 a 10	1,3 a 20	10	10 a 25	

# OTP Rodovias S.A.

## (Anteriormente denominada Odebrecht Rodovias S.A.)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 14. Intangível – Consolidado

#### a) Composição

Intangível	2021	2020
Ativo de contrato (d)	96.438	86.187
Direito de uso	11.127	9.733
Infraestrutura (b)	1.886.085	1.795.835
Outros	3.139	409
	<b>1.996.789</b>	<b>1.892.164</b>

#### b) Infraestrutura

Representa os custos dos investimentos em bens reversíveis ao Poder Concedente, direcionados para a infraestrutura da concessão da CRO. O cálculo da parcela mensal, do consumo da infraestrutura, considerando os benefícios econômicos gerados, é reconhecido no resultado como amortização.

	Custo	Amortização acumulada	Líquido	
			2021	2020
Demais melhorias e ampliações	1.680.078	(178.508)	1.501.570	1.432.611
Desapropriações	12.436	(1.298)	11.138	11.340
Edifícios e instalações	197.986	(22.257)	175.729	180.077
Hardware equipamentos de pedágio	64.701	(7.967)	56.734	55.753
Máquinas e equipamentos	1.088	(125)	963	126
Meio ambiente e elementos de segurança	84.572	(7.166)	77.406	65.107
Móveis e utensílios	1.363	(513)	850	801
Ponte	48.262	(4.919)	43.343	38.918
Veículos	30.153	(11.801)	18.352	11.102
	<b>2.120.639</b>	<b>(234.554)</b>	<b>1.886.085</b>	<b>1.795.835</b>

#### c) Movimentação

	Infraestrutura	Direito de uso	Softwares	Redução ao valor recuperável	Ativo de contrato	Total
Custo	1.981.545	32.418	1.188	-	86.187	2.101.338
Amortização	(173.696)	(22.685)	(779)	-	-	(197.160)
Redução ao valor recuperável	-	-	-	(12.014)	-	(12.014)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>1.807.849</b>	<b>9.733</b>	<b>409</b>	<b>(12.014)</b>	<b>86.187</b>	<b>1.892.164</b>
Adições (*)	140.044	12.989	3.176	-	10.840	167.049
Baixas	(626)	-	(23)	-	(444)	(1.093)
Amortização (**)	(49.313)	(11.595)	(423)	-	-	(61.331)
Transferência	145	-	-	-	(145)	-
<b>Movimentação do período</b>	<b>90.250</b>	<b>1.394</b>	<b>2.730</b>	<b>-</b>	<b>10.251</b>	<b>104.625</b>
Custo	2.120.638	45.407	4.341	-	96.438	2.266.824
Amortização	(222.539)	(34.280)	(1.202)	-	-	(258.021)
Redução ao valor recuperável	-	-	-	(12.014)	-	(12.014)
<b>Saldos em 30 de abril de 2021</b>	<b>1.898.099</b>	<b>11.127</b>	<b>3.139</b>	<b>(12.014)</b>	<b>96.438</b>	<b>1.996.789</b>

(\*) As adições em Infraestrutura referem-se a obras de ampliação de capacidade e melhorias no sistema rodoviário da BR-163/MT. Em 2021, do montante total das adições, apenas R\$ 164.104 (2020 - R\$ 104.469) representaram impacto no caixa no exercício.

(\*\*) Parte da amortização relativa aos Direitos de uso, no montante de R\$ 2.945 (2020 – R\$ 2.929), foi apropriada ao Ativo Intangível.

# OTP Rodovias S.A.

## (Anteriormente denominada Odebrecht Rodovias S.A.)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### d) Ativo de contrato

Os valores apresentados nessa rubrica são originados da controlada CRO, sendo:

	Recuperação	Operação	Melhoramentos	Obras em andamento	Adiantamentos a fornecedores	Total ativo de contrato
Custo	7.503	27	6.491	91	72.075	86.187
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>7.503</b>	<b>27</b>	<b>6.491</b>	<b>91</b>	<b>72.075</b>	<b>86.187</b>
Adições	4.750	35	5.640	3	412	10.840
Baixas	-	-	-	-	(444)	(444)
Transferência	(104)	-	-	(41)	-	(145)
<b>Movimentação do período</b>	<b>4.646</b>	<b>35</b>	<b>5.640</b>	<b>(38)</b>	<b>(32)</b>	<b>10.251</b>
Custo	12.149	62	12.131	53	72.043	96.438
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>12.149</b>	<b>62</b>	<b>12.131</b>	<b>53</b>	<b>72.043</b>	<b>96.438</b>

O IFRS 15 (CPC 47), estabelece que uma entidade deve reconhecer a receita para representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. Portanto, a entidade reconhece a receita somente quando (ou se) a obrigação de performance for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de determinada operação são efetivamente transferidos ao cliente.

A norma também determina que quando da conclusão da obrigação de performance, por meio da transferência de bens ou serviços ao cliente antes do pagamento da contraprestação ou antes que o pagamento seja devido, a entidade deve apresentar este direito como ativo de contrato. O ativo de contrato é definido pela norma como o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente quando esse direito está condicionado a algo além da passagem do tempo como por exemplo o seu desempenho futuro.

## 15. Empréstimos e financiamentos - Consolidado

Instituição financeira	Encargos financeiros anuais (%)	2021	2020
Caixa Econômica Federal	TJLP + 3,5%	333.343	310.002
Banco ABC Brasil S.A.	DI + 5,20%	28.925	30.940
Banco Credit Agricole Brasil S	DI + 5,20%	117.782	125.941
Banco do Brasil	DI + 5,20%	139.542	140.944
Banco Itaú S.A.	DI + 5,20%	81.877	87.548
Banco Pine S.A.	DI + 5,20%	81.994	87.663
ING BANK N. V	DI + 5,20%	166.799	163.321
(-) Custo de transação (a)		-	(5.287)
		<b>950.262</b>	<b>941.072</b>

### a) Movimentação

	2021	2020
Saldo inicial	941.072	1.006.325
Provisão de juros	105.013	124.464
Pagamento de juros	(48.834)	(45.743)
Amortização de principal	(52.276)	(157.768)
Custo de transação	(4.496)	(10.249)
Amortização custos de transação	9.783	24.043
<b>Saldo final</b>	<b>950.262</b>	<b>941.072</b>

## **OTP Rodovias S.A.** **(Anteriormente denominada Odebrecht Rodovias S.A.)**

### **Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2021 e de 2020**

*(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

---

#### **b) Empréstimo ponte**

A CRO possuía um contrato de financiamento mediante abertura de crédito junto ao BNDES, no montante de R\$ 762.000, valor em 25 de março de 2020, quando ocorreu o pagamento (“Contrato de Financiamento Ponte BNDES”), destinado aos investimentos iniciais para conservação, recuperação e ampliação da BR-163/MT, tendo sido liberado o montante de R\$ 590.000. Sobre o valor do principal da dívida incidiam juros de Taxa de Longo Prazo + 2,9% a.a. O vencimento vinha sendo prorrogado de forma sucessiva, sendo que em 15 de maio de 2019 foi celebrado um aditivo contratual, prorrogando novamente o prazo de vencimento para 15 de maio de 2020.

Em 17 de fevereiro de 2020, o Banco Crédit Agricole Brasil S.A. (“Crédit Agricole”), o Banco Itaú S.A. (“Itaú”), o Banco ABC Brasil S.A. (“ABC”), o ING Bank N.V. (“ING”) e o Banco Pine S.A. (“Pine”) e, em 18 de fevereiro de 2020, o Banco do Brasil S.A. (“Banco do Brasil” e em conjunto com Crédit Agricole, Itaú, ABC, ING e Pine, “Credores”), na qualidade de fiadores e principais pagadores das obrigações decorrentes do Contrato de Financiamento Ponte BNDES, realizaram o pagamento do valor total correspondente ao valor de principal e juros devidos pela CRO, no âmbito do referido contrato.

Em decorrência do pagamento ao BNDES, em 25 de março de 2020, a CRO celebrou um Instrumento de Inação junto aos Credores, exceto Banco do Brasil, por meio do qual os Credores concordaram em não iniciar e/ou continuar ação de execução judicial ou extrajudicial contra a CRO e/ou seus acionistas, assim como em suspender os efeitos dos inadimplementos pela CRO e/ou pelas acionistas ocorridos nos termos dos documentos da operação, mediante as seguintes condições: **(1)** definição da participação de cada instituição na dívida consolidada, sendo: Banco do Brasil: 20,67%, Crédit Agricole - 20,67%, Itaú - 14,39%, Pine - 14,39%, ABC - 5,08% e ING - 24,80%; **(2)** em relação à participação na dívida consolidada aplicável ao Crédit Agricole, Pine, ABC e ING, atualização pela variação acumulada da taxa média dos Depósitos Interfinanceiros, denominada Taxa DI, acrescida do percentual de 5,20% a.a.; **(3)** em relação à participação na dívida consolidada aplicável ao Itaú, atualização pela variação acumulada da Taxa DI, acrescida do percentual de 2,10% a.a.; **(4)** amortização no montante de 3,5% a.a. do valor de principal da dívida consolidada, conforme as participações aplicáveis a cada credor; e **(5)** as partes poderão acordar extensão do período de Inação por períodos sucessivos de 3 (três) ou 6 (seis) meses, até o limite de 15 de agosto de 2022.

Por sua vez, dado que o Banco do Brasil não firmou o Instrumento de Inação, ele assinou correspondências confirmando que não possuía, no respectivo momento, a intenção de praticar qualquer ato contrário ao Instrumento de Inação e buscaria aprovações internas para a celebração do Aditamento de Adesão ao Instrumento de Inação, além de empregar esforços para a celebração de referido aditamento.

Em maio de 2020, a CRO obteve junto aos Credores a prorrogação do prazo de vencimento e período de validade ao Instrumento de Inação para 15 de novembro de 2020. Atualmente as partes estão em trâmite de formalização de extensão ao vencimento.

Em 09 de junho de 2021, foi realizado outro pagamento parcial no montante de R\$ 18.975, aos Bancos Crédit Agricole Brasil S.A., Banco Itaú S.A., Banco ABC Brasil S.A., Banco do Brasil S.A., Banco Pine S.A. e ING Bank N.V., de acordo com a participação de cada um em relação a dívida. Os recursos para a referida amortização, foram provenientes da alienação das participações societárias em CRC, CBN e CRA, repassados à CRO pela Companhia.

Importante ressaltar que as Condições Precedentes do Contrato de Inação estão em discussão com os Credores e já tem sinalização positiva em nova negociação em curso.

# **OTP Rodovias S.A.**

## **(Anteriormente denominada Odebrecht Rodovias S.A.)**

### **Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2021 e de 2020**

*(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

---

#### **c) Caixa Econômica Federal (“CEF”)**

A CRO também captou um financiamento junto à Caixa Econômica Federal (“CEF”), no montante de R\$ 300.000, com vencimento original em parcela única do principal mais juros em 20 de novembro de 2018. Sobre o principal da dívida incide juros de 3,5% a.a., acima da TLP, sendo o saldo atualizado em 31 de dezembro de 2021 de R\$ 333.343 (2020 - R\$ 310.002).

Em 21 de dezembro de 2018, foi celebrado um novo aditivo contratual, prorrogando o prazo de vencimento do Contrato de Empréstimo Ponte da CEF para 20 de maio de 2019. Após diversas tentativas de acordo para renovação do empréstimo, em 23 de setembro de 2020, a CEF iniciou um processo de execução da dívida, resgatando o montante aplicado pela CRO no Fundo Atlântico, administrado pela CEF, além dos recursos disponíveis em sua conta corrente, totalizando R\$ 118.226. Com a retomada das negociações, o processo de execução foi temporariamente suspenso.

Diante dessa situação, os Credores e a CEF iniciaram uma discussão sobre qual seria a melhor alternativa para equalização e reescalonamento de todas as dívidas da CRO, de forma a atender aos interesses da CEF e dos Credores, preservando, ao mesmo tempo, a continuidade operacional da concessão, o que deveria, a princípio, ser formalizado através de um Aditivo ao Instrumento de Inação, no âmbito da dívida dos Credores, e um Termo de Tolerância, no âmbito da dívida da CEF, conforme negociações em curso desde setembro de 2020.

Com os avanços das negociações, porém, as partes entenderam fazer mais sentido estarem todos os Credores e a CEF em um documento único (um novo Termo de Inação), o qual, atualmente se encontra em discussão, por meio do qual a CRO se comprometerá a fazer amortizações ordinárias, além de pagamentos extraordinários com o excedente de caixa, mantendo sempre um caixa mínimo de R\$ 30 milhões na CRO.

#### **d) Custo de transação**

Os custos incorridos na captação estão sendo apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a taxa interna de retorno da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência das operações.

#### **e) Garantias**

Os contratos de financiamento da CRO com a CEF e o Instrumento de Inação com os Bancos Credores possuem como garantia fidejussória fiança corporativa da OTP, alienação fiduciária das ações do projeto e a cessão fiduciária dos direitos creditórios, além de cessão fiduciária sobre os valores oriundos da alienação das ações detidas pela OTP Rodovias em CRB, CBN, CRA e CRC, cessão fiduciária sobre os valores em função do sobejo da excussão de garantias sobre as ações CRB, CBN, CRA e CRC. Com a alienação das ações da CBN, CRA e CRC, a cessão fiduciária foi executada e parte dos recursos foi utilizado para a amortização parcial da dívida da CRO, em 09 de julho de 2021, no montante de R\$ 18.976, sendo R\$ 3.927 para o Banco do Brasil, R\$ 3.927 para o Crédit Agricole, R\$ 2.723 para o Itaú, R\$ 2.723 para o Pine, R\$ 975 para o ABC e R\$ 4.701 para o ING. A parcela devida para a CEF, por sua vez, em função das negociações de equalização da dívida, deveria ser dividida entre os demais credores. No entanto, a CEF ainda não conseguiu enviar comunicação ao agente administrador da conta nesse sentido. Assim sendo, a referida parcela permanece na conta vinculada.

## OTP Rodovias S.A. (Anteriormente denominada Odebrecht Rodovias S.A.)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 16. Arrendamento mercantil operacional - Consolidado

	2021	2020
Saldo inicial	10.614	19.078
Adições	12.988	3.509
Amortização	(12.369)	(12.903)
Apropriação das despesas financeiras	615	930
	<b>11.848</b>	<b>10.614</b>
Passivo circulante	9.053	8.438
Passivo não circulante	2.795	2.176

O reconhecimento inicial considerou a taxa de juros anual obtida utilizando como critério a taxa média de captação de 9% a.a.

### 17. Provisão para contingências

A CRO é parte envolvida em processos cíveis e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial. As provisões para as perdas prováveis decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos.

Em 31 de dezembro de 2021, o Grupo mantém provisionado o montante de R\$ 3.235 (2020 – R\$ 5.076).

#### Perdas possíveis, não provisionadas no balanço:

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia, de forma consolidada através de suas investidas, tem ações de naturezas cível e trabalhista, envolvendo riscos de perdas possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, no montante de R\$ 8.455 (31 de dezembro de 2020 – R\$ 7.563).

### 18. Provisão para conserva especial - Consolidado

Em 31 de dezembro de 2021, o Grupo apresentava saldo de R\$ 150.899 (2020 - R\$ 105.194) referente à provisão para manutenção e recuperação da infraestrutura efetuada pela CRO, a qual teve a seguinte movimentação:

	2021	2020
Saldo inicial	105.194	121.890
Provisão de conserva especial	55.609	35.801
Constituição de provisão ajuste a valor presente	(9.904)	(3.119)
Reversão ajuste a valor presente	-	(5.044)
Reversão de provisão para conserva especial	-	(44.334)
Saldo final	<b>150.899</b>	<b>105.194</b>

Em 30 de junho de 2020, a Companhia apresentou proposta juntamente com um Plano de Cura à ANTT, representado por um novo projeto de retomada e realização dos investimentos a partir de 2021, com novos montantes e cronograma de investimentos, relacionados a duplicação da rodovia e a manutenção dos reajustes tarifários. Esse novo plano está sob avaliação da ANTT e, naturalmente, resultou na postergação dos investimentos previstos originalmente no contrato de concessão, em especial as obras de duplicação e melhorias.

# OTP Rodovias S.A.

## (Anteriormente denominada Odebrecht Rodovias S.A.)

### Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O planejamento dos ciclos de conserva especial é vinculado ao cronograma de duplicação, de maneira que a eventual postergação da duplicação impacta diretamente na curva de conserva especial.

Como parte da nova proposta, houve também a revisão da solução técnica de pavimento, que passa a ser pavimento rígido, frente à premissa anterior que previa adoção de pavimento flexível em todo o segmento duplicado. Essa solução aumentará a vida útil do pavimento, reduzindo assim a necessidade de intervenção e, conseqüentemente, dos gastos com manutenção. Além desse aspecto, a intervenção em pavimento também está atrelada ao estudo do tráfego de longo prazo, revisado e alterado em 2020 a partir de projeções atualizadas de macroeconomia e produção agro do estado.

Adicionalmente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não foram incorridos custos referentes à conserva especial.

Por todos os aspectos anteriormente apresentados e em atendimento às boas práticas contábeis brasileiras para fins de determinação na melhor estimativa, a Administração da CRO revisou os critérios de apuração e alterou o valor da provisão para conserva especial em 30 de junho de 2020, resultando numa redução de R\$ 49.378 no saldo da provisão, reconhecida no resultado.

## 19. Provisão para perdas no valor recuperável de investimentos

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de R\$ 815.103 (2020 - R\$ 353.026) se refere à provisão para perdas no valor recuperável de investimentos líquidos da controlada CRO, e consideram, principalmente, os fluxos de caixa líquidos esperados provenientes destes investimentos. Em 2021, além das perdas decorrentes da participação societária da OTP Rodovias na CRO, no montante de R\$ 54.369, foram apuradas perdas adicionais no montante de R\$ 407.708 decorrentes da baixa probabilidade do recebimento dos créditos, da Companhia e da OTP Rodovias, oriundos de mútuos da CRO.

## 20. Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o capital social subscrito da Companhia é de R\$ 1.202.509, representado por 1.202.509.000 ações ordinárias normativas e sem valor nominal, pertencentes ao acionista OTP S.A.

## 21. Receita líquida - Consolidado

	2021	2020
Receitas de AVI ("Automatic Vehicle Identification") (i)	307.747	253.857
Receitas em numerário	121.598	132.844
Receitas de vale pedágio (ii)	67.585	68.661
Outras receitas	5.001	4.922
<b>Receita operacional</b>	<b>501.931</b>	<b>460.284</b>
Receita de construção (Nota 21)	150.453	103.684
<b>Receita bruta</b>	<b>652.384</b>	<b>563.968</b>
Tributos sobre serviços de operação	(41.420)	(38.319)
Outras deduções	(38)	(26)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>610.926</b>	<b>525.623</b>

# OTP Rodovias S.A.

## (Anteriormente denominada Odebrecht Rodovias S.A.)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (i) Oriundas da captação de sinais através de sensor eletrônico, as receitas por meio de sistema eletrônico de pagamento “Automatic Vehicle Identification” (AVI) são calculadas e registradas através do reconhecimento eletrônico dos veículos cadastrados e faturadas para os usuários via empresas especializadas.
- (ii) As transações de vale pedágio representam pagamentos efetuados pelos usuários, mediante créditos de vale pedágio previamente adquiridos das empresas habilitadas.

## 22. Receita e custo de construção

O Grupo registrou receita de construção, em atendimento ao ICPC 01(R1) – Contratos de Concessão, oriunda da controlada CRO, tendo sido apurada com base no custo total incorrido na formação da infraestrutura.

Direito da Concessionária	Receita de construção		Custo de construção	
	2021	2020	2021	2020
Ativo Intangível	150.453	103.684	(150.453)	(103.684)
	<b>150.453</b>	<b>103.684</b>	<b>(150.453)</b>	<b>(103.684)</b>

A Administração da CRO entende, baseado em cálculos suporte, que os custos de supervisão das obras são imateriais para fins de mensuração. Logo, a receita de construção é reconhecida sobre os custos incorridos atribuíveis ao contrato de concessão, com margem próxima a zero.

## 23. Gastos por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Depreciação, amortização e exaustão	(36)	(17)	(59.324)	(52.803)
Despesas com pessoal	(12.095)	(9.653)	(68.847)	(59.672)
Impairment de recebíveis (Nota 19)	(407.708)	-	(407.708)	-
Materiais e equipamentos	-	(6)	(16.995)	(3.557)
Provisão para conserva especial	-	-	(41.964)	15.881
Seguros	-	-	(18.954)	(19.584)
Serviços de terceiros	7.934	6.079	(55.014)	(52.372)
Outras receitas (despesas)	(167)	(275)	(17.737)	(27.074)
	<b>(412.072)</b>	<b>(3.872)</b>	<b>(686.543)</b>	<b>(199.181)</b>
<b>Custos de construção</b>	-	-	<b>(150.453)</b>	<b>(103.684)</b>
Custos dos serviços prestados	-	-	(379.148)	(258.816)
Gerais e administrativas	(4.370)	(3.872)	(46.560)	(44.472)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(407.702)	-	(411.288)	423
<b>Classificadas por função</b>	<b>(412.072)</b>	<b>(3.872)</b>	<b>(836.996)</b>	<b>(302.865)</b>

# OTP Rodovias S.A.

## (Anteriormente denominada Odebrecht Rodovias S.A.)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 24. Resultado financeiro, líquido

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Receitas com juros	913	12.576	3.968	3.437
Variações cambiais e monetárias	226	41	226	41
Outras	-	-	667	114
<b>Receitas financeiras</b>	<b>1.139</b>	<b>12.617</b>	<b>4.861</b>	<b>3.592</b>
Ajuste a valor presente	-	-	(3.741)	815
Amortização de custos de transação	-	-	(10.006)	(24.153)
Comissões e despesas bancárias	(3)	(22)	(2)	(22)
Despesas com juros	(94)	-	(124.614)	(126.323)
Outras	(312)	(655)	(2.275)	(14.544)
<b>Despesas financeiras</b>	<b>(409)</b>	<b>(677)</b>	<b>(140.638)</b>	<b>(164.227)</b>
<b>Resultado financeiro, líquido</b>	<b>730</b>	<b>11.940</b>	<b>(135.777)</b>	<b>(160.635)</b>

### 25. Prejuízo por ação

#### Básico e diluído

O prejuízo por ação é calculado mediante a divisão do prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício.

A Companhia não possui dívida conversível em ações e opção de compra de ações, desta forma, não apresenta ações ordinárias e preferenciais potenciais para fins de diluição.

	2021	2020
Prejuízo do período atribuível aos acionistas da sociedade titulares de ações ordinárias	(417.287)	(5.670)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)	1.202.509	1.202.509
<b>Prejuízo por ação (em Reais)</b>	<b>(0,35)</b>	<b>(0,00)</b>

### 26. Demonstrações do fluxo de caixa - Consolidado

A seguir estão demonstradas movimentações das atividades de investimentos que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa e, portanto, foram excluídas das demonstrações do fluxo de caixa nos exercícios.

Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa a seguir:

	2021	2020
Fornecedores	12.369	12.903
<b>Efeito no caixa líquido das atividades operacionais</b>	<b>12.369</b>	<b>12.903</b>
Arrendamento Operacional	(12.369)	(12.903)
<b>Efeito no caixa líquido das atividades de financiamento</b>	<b>(12.369)</b>	<b>(12.903)</b>

## **OTP Rodovias S.A.** **(Anteriormente denominada Odebrecht Rodovias S.A.)**

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2021 e de 2020**

*(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

---

### **27. Eventos subsequentes**

Em 20 de janeiro de 2022, o TAC apresentado pela CRO junto à ANTT foi sobrestado, até que o Contrato de Concessão da CRO seja qualificado para relicitação.

Em 10 de março de 2022, a Diretoria Colegiada da ANTT, através da Deliberação nº 102, atestou a viabilidade técnica e jurídica do requerimento de relicitação da concessão da Rodovia BR-163/MT, apresentado pela CRO, nos termos do art. 4º do Decreto nº 9.957, de 6 de agosto de 2019. Adicionalmente, a ANTT determinou o envio do referido processo, no qual consta o requerimento de relicitação da CRO, ao Ministério da Infraestrutura, em atendimento ao art. 5º do Decreto nº 9.957, de 2019.

\* \* \*